



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



De Menor a Maior: Acolhimento e Autonomia de Vida em Menores não Acompanhados

Sandra Roberto, Carla Moleiro

Abril de 2021, Estudo OM 69

Observatório das Migrações

Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

ISBN 978-989-685-116-3

Investigação cofinanciada pelo Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)



Estudo disponível em: www.om.acm.gov.pt

Contacto: om@acm.gov.pt

Resumo:

O presente livro pretendeu caracterizar os menores estrangeiros não acompanhados e conhecer os processos de transição para a maioridade, bem como conhecer os contextos de receção e acolhimento destes menores em Portugal. Para esse efeito foi realizada uma triangulação de metodologias (qualitativas e quantitativas) e utilizada a perspetiva de dois grupos de informantes significativos: os menores não acompanhados e os *stakeholders* implicados na intervenção com o primeiro grupo.

Os dados de 2016 revelaram um aumento relevante de novos pedidos de asilo relativamente ao ano anterior, tendo dado entrada 49 menores não acompanhados no país (SEF, 2015). O número de menores em Portugal tem vindo a aumentar, o que justificou inclusivamente, em 2012, a entrada em funcionamento da Casa de Acolhimento para a Criança Refugiada, do Conselho Português para os Refugiados (CPR). Considerou-se assim, que existe uma necessidade fundamental de conhecimento das características desta população, tendo-se proposto com este projeto conhecer em profundidade a atual realidade destes menores em Portugal.

A importância desta investigação é sublinhada pela alteração das características distintas do período reportado, quer porque, o contexto global da mobilidade das populações foi sendo alterado (diferentes contextos de conflito à escala mundial; novas e diferentes motivações para requerer asilo, por exemplo, orientação sexual e identidade de género; e diferentes características da população menor à procura de asilo), quer porque a expressão numérica dos menores tornou-se considerável. Destaca-se ainda o facto de não ser conhecido o impacto do papel dos *stakeholders* (entidades envolvidas no pedido de asilo, escolas, hospitais, centros de saúde) nas medidas de proteção e no processo de acolhimento e integração dos menores. E, por último, salienta-se que não houve até ao momento qualquer recolha de informação



sistematizada, nem estudos realizados sobre os menores que atingem a maioridade e transitam, ou para medida de proteção em autonomia de vida, ou mesmo para autonomia de vida.

Dada a escassez de estudos sobre esta população considerou-se relevante investigar a situação atual, procurando responder às seguintes questões de investigação:

- 1) Quais e como estão a ser implementadas as medidas de acolhimento e proteção na chegada e permanência dos menores não acompanhados em Portugal?
- 2) Qual o papel dos *stakeholders* nos percursos de integração destes jovens na sociedade portuguesa?
- 3) Quais as condições de acolhimento individual e social dos menores não acompanhados?
- 4) Como se efetua a transição para autonomia, após atingida a maioridade, e quais as condições de vida que os caracteriza?

O livro desenvolve-se a partir de dois principais objetivos, desdobrados em objetivos específicos:

1. Caracterizar os contextos de receção e acolhimento dos menores não acompanhados;
 - 1.1. Descrever as condições e o papel dos atores institucionais na receção e nas medidas de proteção e promoção de direitos dos menores;
 - 1.2. Conhecer as condições de receção dos menores, em particular o acesso e integração nos sistemas de educação e saúde;
2. Caracterizar os menores não acompanhados e conhecer os processos de transição para a maioridade;
 - 2.1. Identificar e descrever a situação legal e psicossocial dos menores não acompanhados;
 - 2.2. Conhecer os percursos individuais e o impacto das interações sociais, culturais e religiosas em Portugal no processo de acolhimento dos menores;
 - 2.3. Descrever como se efetua a transição para a autonomia de vida nos menores que atingem a maioridade, nomeadamente ao nível do bem-estar social e psicológico.

Relativamente ao primeiro grande objetivo, de um modo geral, os *stakeholders* relacionados com a intervenção com refugiados e menores não acompanhados foram bastante críticos e conscientes das características e limitações da realidade portuguesa e com ideias e propostas concretas para a sua melhoria. Sobre a caracterização do sistema de acolhimento português, este estudo aponta para a não existência de uma estratégia nacional ou um pensamento articulado sobre a intervenção junto dos menores não acompanhados. Desde logo, salienta-se a ausência de legislação específica nesta área que enquadre e integre as especificidades desta população.

Apesar das críticas ao sistema de intervenção com os menores não acompanhados, os *stakeholders* identificaram também boas práticas na intervenção que realizam, tais como: o trabalho em rede com as várias entidades envolvidas, a intervenção co-construída com o jovem, a promoção da autonomia e a integração das especificidades culturais. A dificuldade relativamente a estas boas práticas parece ser a implementação sistemática das mesmas e partilhada pelas várias entidades.

Ao nível do segundo grande objetivo deste estudo, é importante destacar que este estudo teve uma taxa de recusa à participação bastante elevada, tendo sido possível inquirir 67 dos 103 menores não acompanhados contactados. É referida a existência de uma grande desconfiança por parte das crianças e jovens relativamente ao processo de recolha de informação, em particular, a garantia de anonimato e confidencialidade.



Os dados de caracterização dos menores não acompanhados revelaram, à semelhança dos dados Europeus, uma população adolescente/jovem entre 16 e 18/19 anos, maioritariamente masculina e, no caso português, proveniente de vários países africanos. Os menores não acompanhados constituem um grupo bastante heterogéneo nas suas características e necessidades, histórias de vida, experiências passadas, aspirações, países e culturas de origem.

O estudo dá a conhecer o contexto e as estruturas existentes ao nível do acolhimento e proteção dos menores e, simultaneamente, caracteriza os menores não acompanhados, desde o seu país de origem, até à chegada e permanência em Portugal, desde o acolhimento até à autonomia de vida. De um modo geral, sobre a saída do país, é a pobreza, associada a baixos níveis sociais e educacionais e poucas oportunidades de emprego, o que leva os menores a migrarem, sendo que a maioria já trabalhava, ou trabalhava e estudava no país de origem. Sobre a trajetória migratória, percebe-se que os jovens não possuem projetos estruturados com expectativas predefinidas relativamente ao país de destino, sendo a chegada a Portugal feita de forma quase acidental, ou fruto de oportunidades circunstanciais e contextos externos já em trânsito no percurso migratório. A maioria dos jovens não planeou, ou não tinha intenção, de formalizar um pedido de proteção internacional, por desconhecimento dessa opção. Requerer asilo aparece como uma possibilidade, sugerida ou imposta, já no contacto com as autoridades portuguesas, acima de tudo como forma de evitar a deportação para o país de origem.

Atendendo aos principais resultados obtidos, considerando a situação atual dos menores não acompanhados em Portugal, as potencialidades e as lacunas que podem ser transformadas em propostas concretas de melhoria, o livro conclui com algumas recomendações.